

3 Fundamentação teórica

O capítulo anterior apresentou um panorama da indústria da localização e de como a tradução se insere nesse processo, destacando o surgimento das memórias de tradução como ferramentas de auxílio para acelerar a produção em um setor que demanda grande produtividade e consistência do trabalho dos tradutores. O presente capítulo pretende apresentar os conceitos de *tradução*, *equivalência* e *erro* que embasarão a avaliação da qualidade das memórias. Discutir essas questões é fundamental para a análise das traduções contidas nos bancos de dados dos sistemas de memória, uma vez que é preciso ter muito claros os critérios que vão nortear o processo. Em princípio, pode parecer fácil definir quando uma tradução é “boa” ou “ruim”, mas é sempre importante ter em mente que toda e qualquer avaliação desse tipo pressupõe uma teoria que respalde as afirmações. A tradução é “boa” ou “ruim” para quem? Sob que perspectiva?

Quem se dedica ao estudo da tradução invariavelmente acaba tendo de se valer de noções já muito discutidas nesse campo: *fidelidade*, *literalidade*, *equivalência*, *significado* são conceitos recorrentes em toda análise.

Essas noções são importantes para todo tradutor na medida em que, quando traduzimos, estamos sempre fazendo opções, fruto de nossa visão de tradução e concepção de linguagem. Quanto mais consciência o tradutor tiver de como essas opções são feitas, quer atue no campo literário ou técnico, melhor preparado ele estará para lidar com o mercado de tradução – clientes e usuários da tradução – que muitas vezes ignoram completamente como funciona o processo tradutório.

Parece óbvio afirmar que não existe nada melhor para respaldar a prática do que a teoria. No entanto, esta não é uma questão simples. Não são raros os exemplos de tradutores profissionais ou mesmo alunos de tradução que afirmam que teoria e prática são inconciliáveis¹¹. Por outro lado, podemos pensar em

¹¹ Raffaella de Fillipis Quental, em sua dissertação de mestrado defendida em 1993 pela Unicamp, faz um estudo muito interessante sobre a dicotomia teoria/prática especificamente no campo do ensino da tradução e mostra claramente, por meio da análise dos currículos de cursos de tradução

teorias que, se aplicadas à risca, levariam à hipótese de que a tradução seria impossível (cf. Mounin, 1975).

Este capítulo dedica-se justamente à tentativa de conciliar teoria e prática, trabalhando com o conceito de *equivalência* – e com os conceitos de tradução e erro que estão intimamente relacionados a ele – buscando respaldar o tipo de trabalho e pesquisa que venho desenvolvendo na área de localização e memórias de tradução.

A indústria da localização, como delineado no capítulo anterior, considera a tradução apenas como uma das atividades do processo de localização de determinado produto ou página da Web, e dá grande ênfase à equivalência que deve existir entre texto original e tradução. Ou seja, vai estar sempre procurando a correspondência mais próxima entre o texto de partida e de chegada, nos níveis do sintagma, da sentença e do próprio texto. Para Esselink (2000:4), a “tradução é o processo de converter textos ou enunciados para outro idioma. Requer que o significado do material original seja transmitido com precisão para a língua de destino, com atenção especial para os aspectos culturais e o estilo”. As memórias de tradução também se baseiam no pressuposto da equivalência em vários graus e, nesse contexto, torna-se fundamental chegar a um conceito que possa se aplicar a esse tipo de prática.

Um dos motivos que pode explicar essa separação entre teoria e prática, no campo da tradução técnica em geral e na localização especificamente, é a dificuldade de encontrar um arcabouço teórico voltado para questões práticas diárias, que envolvem muitas vezes relações com clientes, sejam eles grandes empresas ou editoras. Além disso, nenhuma teoria foi desenvolvida especificamente tendo uma única prática em mente e vice-versa: nenhuma prática se desenvolveu exclusivamente a partir de uma corrente teórica da tradução. Isso também se aplica ao caso da localização.

Anthony Pym, tradutor e diretor dos programas de pós-graduação em tradução e localização na Universitat Rovira i Virgili, em Tarragona, na Espanha,

de universidades do Brasil e do exterior, de publicações sobre o tema, bem como de questionários que investigam a visão de professores e aluno sobre a questão, que essa separação está presente em várias instâncias do ensino, sendo a teoria vista como algo problemático e desvinculado da prática. Para uma discussão abrangente sobre como a teoria pode ajudar a prática, ver Chesterman, A.; Wagner, E. *Can Theory Help Translators?* St. Jerome Publishing (2002).

em um artigo recente em que discute a localização e sua relação com as teorias de tradução (“What Localization Models Can Learn From Translation Theory”¹²), afirma que algumas características da localização podem ser bem aproveitadas pela teoria, como o trabalho em equipe, a eficiência, a forma de explicar problemas aos clientes e o uso eficaz da tecnologia, mas que o inverso também é verdadeiro. Segundo Pym, a localização pode e deve aprender com a teoria. No artigo, ele desmistifica algumas crenças comuns da indústria da localização com relação à possível contribuição da teoria para essa prática, como, por exemplo, o fato de a tradução ser uma parte pequena do processo e de seguir normas idênticas em qualquer parte do mundo. Pym cita os estudos descritivos e a *Skopostheorie* como vertentes teóricas que podem contribuir para o processo de localização.

Equivalência é um conceito muito utilizado nos estudos de tradução, em várias épocas e por vários teóricos diferentes, a partir de perspectivas muito distintas, por vezes antagônicas. Eugene Nida, John Catford, Katharina Reiss e Wolfram Wilss são exemplos de estudiosos que priorizam a sistematização da equivalência tendo como base a lingüística (seja ela estrutural, textual ou discursiva). Roman Jakobson, por sua vez, define tradução como envolvendo “duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes” e afirma que “a equivalência na diferença é o problema principal da linguagem e a principal preocupação da lingüística” (Jakobson, 1969:65). Já Gideon Toury e André Lefevere são estudiosos que buscam relativizar o conceito ou limitar o seu alcance, tendo como base principalmente a descrição de traduções literárias.

Além disso, com frequência, o conceito é empregado sem uma definição exata, partindo do pressuposto de que todos entendem o que o termo quer dizer. A explicação para isso pode estar na ambigüidade de pelo menos dois sentidos que o termo apresenta: o dicionarizado e o consagrado pelo uso. Consultando dois dicionários de língua portuguesa muito utilizados, o Aurélio Eletrônico e o Houaiss, por exemplo, percebe-se claramente a circularidade e a vagueza das definições: a primeira acepção para o termo nos dois é “qualidade de equivalente”; “equivalente” é “aquilo que equivale” e “que tem igual valor, força e peso”; “equivaler” é “ser igual no valor, no peso ou na força; ser equivalente” e “ser idêntico no valor, na força, no peso”, respectivamente. Uma consulta

¹² *LISA Newsletter*, maio de 2003.

informal feita com alguns tradutores brasileiros, por exemplo, mostra que o uso consagrado do termo parece ser de “algo parecido, semelhante”, “que cumpre a mesma função”, “que pode ser usado no lugar do outro”.

Ciente da complexidade da questão, meu objetivo foi procurar chegar a um conceito operacional de equivalência que pudesse ser usado na minha prática tradutória de forma aceitável.

Como forma de chegar a esse conceito, foram selecionados alguns estudiosos da tradução com visões inteiramente diferentes de equivalência: Eugene Nida, representando a visão da tradição, Cristina Rodrigues, representando a visão pós-estruturalista, André Lefevere, representando a visão descritivista e Christiane Nord, representando a visão funcionalista. Vejamos as principais características de cada uma dessas correntes, seus pontos fortes e fracos e se podem ou não dar conta da localização.

3.1. Eugene Nida e a equivalência dinâmica

Eugene Nida é especialista em tradução da Bíblia e considera que os problemas enfrentados pelos tradutores de textos bíblicos são equiparáveis aos encontrados em qualquer outro texto. Ele escreve sobre a teoria e a prática da tradução, a partir de sua experiência e tomando a lingüística como instrumento de análise e solução de problemas de tradução. Suas principais obras constituem um verdadeiro tratado para os tradutores, com sugestões práticas que enfatizam a transferência do sentido do original, de forma natural e espontânea, cujo objetivo seria produzir no leitor da tradução a mesma reação que o original teria produzido em seus respectivos leitores. Ele denomina a equivalência assim obtida “equivalência dinâmica”, conceito que, como veremos, teve grande repercussão nos estudos da tradução.

A obra que serve de base aqui para a análise da teoria da tradução proposta por Eugene Nida é *Toward a Science of Translating*, publicada em 1964, em que o autor pretende “ajudar os tradutores” (p. ix), apresentando os princípios que a seu ver devem nortear o trabalho de um tradutor competente.

Nesta obra, Nida deixa bem claro seu objetivo de descrever cientificamente “o processo de transferência de uma mensagem de uma língua para a outra” (p. 3)

a partir de sua experiência prática como tradutor da Bíblia. Sua proposta é desenvolver uma abordagem teórica com validade científica para aplicação à tradução como um todo.

O autor considera a língua como um “código comunicativo” (p. 30) e, para explicar seu modelo, se vale de subsídios teóricos da gramática gerativo-transformacional, cujas bases foram lançadas por Noam Chomsky, em *Syntactic Structures* (1957), e posteriormente expandidas em *Aspects of the Theory of Syntax* (1965), da teoria da comunicação e das figuras de linguagem de Jakobson¹³. Expressões típicas desses autores como “núcleo”, “estrutura profunda”, “essência”, “receptor”, “mensagem”, “transferência”, “codificação” e “decodificação” são constantes em seu texto. Edwin Gentzler (1993:44) afirma inclusive que Nida teve acesso às provas de *Syntactic Structures* de Chomsky dois anos antes de sua publicação e que incorporou as premissas teóricas, as regras transformacionais e a terminologia desse autor ao trabalho, conferindo, assim, legitimidade científica ao seu texto.

A tradução para Nida é um “ato comunicativo”, em que a mensagem do original seria decodificada pelo tradutor-receptor e transformada por um “mecanismo de transferência” (Nida, 1964:146) em uma mensagem na língua traduzida. O teórico utiliza exemplos bíblicos para defender seu ponto de vista, questionando o que considerava ser uma ênfase excessiva na tradução literal, entendida como tradução presa à forma do original – o que, segundo ele, não permite uma comunicação eficiente. Sua principal crítica a determinadas traduções da Bíblia é a falta de clareza para o leitor moderno devido a formas arcaizantes. Uma das versões criticadas é a da American Standard Version, do início do século XIX, feita por Matthew Arnold, na qual identifica “efeitos perniciosos” (pp. 20-21), uma vez que as palavras até podiam estar expressas em inglês, mas a gramática era totalmente alheia à estrutura da língua inglesa, dificultando seu entendimento. Em oposição a essa tradução, Nida considera aceitável a tradução do Novo Testamento feita por J.B. Phillips (*The New Testament in Modern English*), em que o conteúdo da mensagem é, na sua opinião, preservado e transmitido em linguagem clara para o leitor.

¹³ Sobre a teoria da comunicação e as funções da linguagem de Jakobson, ver Jakobson, Roman (1969). *Linguística e comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix.

Os dois casos acima são exemplos do que Nida chama de *equivalência formal* e *equivalência dinâmica*, respectivamente. A equivalência formal está centrada na mensagem em si, tanto em forma quanto em conteúdo, e é caracterizada pela reprodução literal do original. A mensagem tem que estar em correlação com os elementos da língua-fonte. Trata-se de uma tentativa de reproduzir literalmente a forma e o conteúdo do original de modo a “permitir que o leitor se identifique” com uma pessoa no contexto da língua-fonte e entenda seus costumes, maneiras de pensar e meios de expressão (p. 159). Nesse tipo de tradução, não é incomum o uso de notas de rodapé explicando o que determinada passagem quer dizer, devido à sua natureza literal. Um exemplo desse procedimento, para Nida, seria traduzir “to greet one another with a holy kiss” por “comprimentar-se com um ósculo sagrado” e incluir uma nota explicando que essa era a forma de saudação na época no Novo Testamento.

A equivalência dinâmica tem como meta atingir um “efeito equivalente”. Seu objetivo é estabelecer “uma relação entre receptor e mensagem que seja substancialmente a mesma que aquela que ocorreu entre a mensagem e os receptores originais” e sua característica é a “completa naturalidade de expressão”, buscando assim relacionar o receptor com os modos de comportamento relevantes no contexto de sua própria cultura, em vez de “insistir que ele compreenda os padrões culturais do contexto da língua-fonte para que entenda a mensagem” (p. 159). O “efeito equivalente” seria alcançado, por exemplo, com a tradução de “holy kiss” por “give one another a hearty handshake all around” (dar um sincero aperto de mão) (p. 160). Nida privilegia a tradução por equivalência dinâmica e coloca o foco na reação do leitor da tradução.

Outra obra em que vários exemplos de equivalência dinâmica na tradução da Bíblia são citados é *Good News for Everyone* (1977), na qual Nida explica como usar a *Today's English Version* (ou *Good News Bible*), uma tradução da Bíblia feita em linguagem comum publicada em 1966 pela American Bible Society, valendo-se de todos os princípios de equivalência dinâmica defendidos por ele ao longo de seu trabalho. As páginas são recheadas de exemplos que indicam como a *Good News Bible* é mais fiel ao grego do que as traduções anteriores existentes para o inglês, sugerindo que o texto traduzido explicita melhor as “conexões” entre os elementos, já que o grego é altamente compacto (Nida, 1977:16).

Além disso, para transmitir a mensagem com eficiência, vários recursos são empregados: adições de classificadores; reestruturação de frases, com a quebra de frases longas e complexas; uso de construções na voz ativa em vez da passiva; substituição de figuras de linguagem que talvez sejam enganosas por termos denotativos; tudo em nome da transferência da mensagem de uma forma natural, que soe como se tivesse sido escrita em inglês originalmente.

No que diz respeito à tradução de software, como bem observou Pym (2003:2), a “equivalência dinâmica” pode ser uma possível fonte de soluções criativas em oposição a uma tradução mais literal, típica da “equivalência formal”, presa ao texto de origem, privilegiada pelos gerentes dos projetos de localização, principalmente no que tange ao número de caracteres que determinada mensagem deve ter para caber em uma caixa de diálogo específica. Pym elogia a criatividade de Nida e faz a ressalva de que ele estava preocupado com a tradução da Bíblia, mas não menciona os pressupostos religiosos do autor que acabam interferindo nas interpretações dadas aos textos bíblicos, como veremos.

Outro aspecto que também pode ser ressaltado nas idéias de Nida como positivo e passível de aplicação na indústria da localização seria sua ênfase na prática tradutória. Em *Toward a Science of Translating*, pela própria natureza da obra, Nida está o tempo todo apresentando a profissão, mostrando como o trabalho do tradutor é importante e complexo.

O que sempre prevalece em todos os seus comentários é a noção de que a tradução é parte do processo de comunicação e, como tal, deve favorecê-lo. Nesse contexto, Nida considera o tradutor um elemento-chave no processo de comunicação da mensagem. O teórico reconhece a complexidade do trabalho e afirma que não basta conhecer bem as línguas de partida e de chegada para ser tradutor. Interessantemente, ele fala dos papéis que o tradutor pode assumir nesse processo, enfatizando o trabalho em equipe. Esse aspecto é relevante para a prática. Justamente por reconhecer que o ideal nem sempre é possível, Nida fala de “comissões de tradução” formadas para levar a cabo projetos de tradução, prática atualmente bastante difundida hoje em dia nos mercados de tradução técnica em todo o mundo, especificamente aqueles voltados para a tradução de software e sites da Internet.

Um outro mérito de Nida é ter incluído o contexto cultural no seu modelo. Exatamente por ter experiência prática na introdução de novas idéias e conceitos

em culturas remotas, Nida incorporou o contexto em que ocorre a comunicação em seu modelo. Sua preocupação com o contexto e com o leitor da tradução é muito válida; embora veja o leitor como inteiramente passivo, é um ponto positivo já considerá-lo no processo. Nida enfatiza que a mensagem deve ser adequada à cultura receptora na qual o leitor está inserido.

Hans Vermeer, um dos responsáveis pelo desenvolvimento da *Skopostheorie*, na conferência de abertura do congresso de Estudos da Tradução realizado em Viena, em 1992, critica a abordagem tradicional de Nida, que concebe a tradução como uma “mera transcodificação lingüística de uma língua para outra” (Vermeer, 1992:10). No entanto, podemos identificar claramente a preocupação de Nida também com os aspectos culturais envolvidos na tradução, como ressaltado por Mounin:

E. Nida classifica os problemas suscitados pela busca de equivalências – por ocasião da passagem de um mundo cultural para outro no decorrer de uma tradução – atendendo a cinco domínios: a ecologia, a cultura material, a cultura social, a cultura religiosa e a cultura lingüística. (Mounin, 1975:65)

Já Juliane House (2001:244), uma das mais importantes estudiosas das questões ligadas à avaliação de traduções, em um artigo em que critica a noção de equivalência tradicional e apresenta um modelo “funcional-pragmático” para a avaliação de traduções, afirma ser Nida um representante das abordagens baseadas na “equivalência de resposta” com uma visão inteiramente behaviorista, em uma clara referência à tradição estruturalista e behaviorista norte-americana.

Como observado, a abordagem de Nida é inteiramente pautada na idéia de que a tradução “correta” e, portanto, “boa” (de “qualidade”) seria aquela que causasse no leitor o mesmo efeito causado nos leitores da obra original. Como bem aponta House, no artigo supracitado, como é possível medir uma “resposta equivalente”? Se não é possível mensurar esse fenômeno, como usá-lo então para avaliar as traduções?

Em *Procedimentos técnicos da tradução*, Heloisa Barbosa, tradutora e professora do Departamento de Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Letras da UFRJ, reconhece que Nida aplicou com sucesso o modelo da comunicação à tradução, introduzindo as figuras do leitor e do próprio tradutor como intermediário do ato comunicativo, e valendo-se do “princípio do efeito equivalente”, que visa a aproximar ao máximo o texto de destino do leitor.

Barbosa considera a visão de tradução de Nida a que primeiro pareceu alcançar a meta do afastamento da tradução literal. No entanto, como bem ressalta a autora por meio de exemplos práticos, esse princípio do efeito equivalente citado por Nida nem sempre é possível ou mesmo desejável (Barbosa, 1990:35).

Considerando a importância atribuída à mensagem divina original de que trata Nida, é natural que o princípio fundamental que norteia sua teoria seja justamente a idéia de que essa mensagem é imutável e deve estar acessível ao maior número de pessoas possível. E, para atingir isso, precisa estar escrita de forma clara e natural. Embora não explicita isso em *Toward a Science of Translating*, é possível identificar suas metas missionárias: a fé protestante está presente orientando suas interpretações. Em *Good News for Everyone*, Nida afirma que a idéia da equivalência dinâmica não é dele – cita Lutero em “Whoever would speak German must not use Hebrew style” (Nida, 1977:13). Muitas vezes compara o trabalho do tradutor ao de um missionário que divulga a boa nova, a mensagem divina e, em nome disso, tem licença para alterar e simplificar a forma, que assume menor importância.

Nida não problematiza em momento algum a possibilidade de acesso aos sentidos do original. Para o autor, os sentidos podem ser captados por meio de operações lingüísticas (análise e transformações) e convertidos em uma nova mensagem. Assim, prevalece a idéia de que haveria uma leitura correta e, portanto, mais fiel ao original do que qualquer outra, e a possibilidade de haver um leitor perfeito capaz de captar o sentido original pretendido pelo autor. Da mesma forma, em momento algum considera que a interpretação feita e a solução dada possam estar relacionadas com as crenças e concepções do tradutor. No caso específico de Nida, com a fé e os valores da religião protestante.

É interessante observar que, embora esteja preocupado com a “recepção” e com o “receptor” da mensagem, Nida, na verdade, procura atingir a meta de obter o efeito ou a resposta apropriada nesse leitor, que possibilite o diálogo do receptor não com o texto enquanto forma, mas com Deus, ou seja, com o próprio significado da palavra de Deus. Ele, Nida, sabe qual é a reação que o leitor deve ter.

Nesse sentido, Nida foi muito criticado pelos adeptos do movimento pós-estruturalista, que surgiu no final da década de 1960 no campo dos estudos literários, tendo como tema central a significação e se valendo de enfoques

multidisciplinares, pois a possibilidade de acesso a um significado estável e dado de antemão é rejeitada por essa corrente de pensamento. Assim, a idéia de transferência de significados contidos em um original, como proposta por Nida, passa a ser totalmente inaceitável. A existência de várias outras traduções da Bíblia – diferentes conforme as diferentes religiões – já mostra o quanto se trata de uma questão de interpretação religiosa.

Na verdade, a equivalência dinâmica de Nida é uma forma de interpretação direcionada pela religião, embora conceitualmente pareça ser bastante “generosa”, no sentido de divulgar a palavra de Deus para o maior número de culturas possível.

De qualquer modo, um projeto como a tradução da Bíblia, envolvendo mais de 1000 línguas, uma diversidade de povos, culturas e tipos de texto (prosa, poesia, narrativa, diálogos, lei, história) é por si só muito rico e poderoso e realmente dá margem a muitas discussões.

3.2.

Cristina Rodrigues e a desconstrução da equivalência

Cristina Rodrigues, afinada com a visão pós-estruturalista, em *Tradução e diferença* (1999), fruto de uma pesquisa de doutorado, faz uma análise detalhada da visão de equivalência de quatro dos mais destacados e influentes teóricos da tradução em nossos dias: John Catford, Eugene Nida, André Lefevere e Gideon Toury, desconstruindo o conceito completamente. Ao pressuposto desses pesquisadores de que uma tradução pode apresentar, em outra língua, os mesmos valores do texto de partida, a autora opõe o pensamento de Willard Quine, Stanley Fish, Jacques Derrida e Rosemary Arrojo, fazendo sua análise a partir da ótica desconstrutivista, uma estratégia de análise e de leitura proposta pelo filósofo francês contemporâneo Jacques Derrida, que tem sido aplicada a diferentes campos, como a psicanálise, a filosofia, a lingüística e a literatura.

Para Rodrigues, aceitar a equivalência significa aceitar uma noção de tradução “como processo de reprodução de sentidos equivalentes aos dados pelo texto original” e uma noção de leitura como “recuperação de um valor dado pelo sistema, pelo texto ou pelo escritor” (Rodrigues, 1999:201).

Ao conceber a tradução como transformação que faz aparecer um novo texto, Rodrigues argumenta que a reflexão pós-moderna e, em particular, a desconstrução promovem um deslocamento em relação àquilo que o pensamento tradicional sempre considerou como central – a equivalência.¹⁴

Nessa linha, a autora apresenta a visão de Derrida, conforme proposta em *Des tours de Babel* (1987), segundo a qual não se pode alcançar a suposta unidade pré-babélica; o domínio em que as línguas se reconciliariam e se completariam não pode ser tocado pela tradução. Com isso, Rodrigues argumenta que “nunca atingiremos a equivalência, que se situaria nesse suposto reino ideal de harmonia entre as línguas” (Rodrigues, 1999:208). A autora continua argumentando que a tradução “não é equivalência, não é complemento, é suplemento: uma significação substitutiva que se constrói em uma cadeia de remissões diferenciais como a escritura” (p. 209). Segundo Derrida, cujos conceitos sobre o tema são exaustivamente estudados no terceiro capítulo do livro, a tradução não é, pois, secundária em relação a um todo a ela externo, pois é necessária para a sobrevivência do original.

A própria crença na possibilidade de equivalência, para a autora, significa acreditar na idéia de significados estáveis e intrínsecos ao texto original, e na isenção do sujeito que analisa, implicando a noção de que um enunciado pode ter um sentido primordial, independente de sua leitura. Para Rodrigues, a equivalência dinâmica que Nida propõe como um meio de recuperação das intenções do autor

revela-se apenas um meio de reprimir as relações assimétricas de poder, de mascarar a natureza política da tradução, na medida em que os supostos equivalentes representam os valores dominantes de um segmento da sociedade anglo-americana. A pretensa univocidade, a imposição de um sentido como o único verdadeiro, revela-se como uma violência cultural, como uma repressão do outro (p. 225).

Amparada nas visões do crítico literário norte-americano Stanley Fish, segundo o qual os sentidos não estão no texto, nem na língua, mas são projetados

¹⁴ Rodrigues afirma que, das vertentes da pós-modernidade – pós-estruturalismo, marxismo contemporâneo, neopragmatismo –, “a desconstrução do pensamento tradicional promovida por Derrida é que mais freqüentemente se associa à reflexão sobre a tradução” (Rodrigues, 1999:165). Para uma visão abrangente do pós-estruturalismo, ver “Poststructuralist Criticism”, de Jonathan Culler em *Style*, volume 21, no. 2 (1987).

pelo leitor a partir de valores convencionais e socialmente determinados pela comunidade interpretativa na qual ele se insere, Rodrigues conclui que “se os significados são produzidos pelas comunidades interpretativas e são dependentes das circunstâncias de leitura, não há neles uma essência que possa ser transferida ou transportada para outra língua” (p.183).

Citando Arrojo em vários momentos, Rodrigues reitera a idéia da impossibilidade da neutralidade do tradutor, provando mais uma vez que na tradução não pode haver equivalência de valores, porque os valores expressos pela tradução não são neutros. Sempre há algum tipo de interferência por parte do tradutor, já que suas escolhas não são isentas: revelam sempre uma avaliação de sua própria língua e cultura, e da língua e da cultura estrangeiras, assim como do texto e do autor que traduz.

O trabalho de Rodrigues é muito interessante, principalmente pela revisão bibliográfica que ela empreende, apresentando em detalhes cada visão de equivalência. Suas argumentações e conclusões reforçam a complexidade da relação existente entre texto de partida e tradução e ressaltam o papel ativo do tradutor no processo.

Nessa visão pós-estruturalista, o tradutor passa a ser valorizado e reconhecido como um elemento fundamental, capaz de transformar o texto de partida em um outro texto, na língua de chegada. Esse é um dos aspectos interessantes a ser ressaltado: o tradutor como produtor de significados, que serão sempre um reflexo de seu momento histórico. Dessa forma, ele assume um papel ativo na reescrita do texto e é um agente transformador que deixa de ser “responsável pelo transporte de carga semântica ou pela descoberta de correspondentes de igual valor em duas línguas” (p. 221).

O papel do tradutor na produção de significados se verifica mesmo nos textos mais técnicos, em princípio menos afeitos a questões de interpretação. Nas palavras de Rosemary Arrojo,

nossa tradução de qualquer texto, poético ou não, será fiel não ao texto “original”, mas àquilo que consideramos ser o texto original, àquilo que consideramos constituí-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será, como já sugerimos, sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos (1986:44).

A tradução deixa de ser vista como subordinada ao original – e, portanto, menos importante e secundária –, como tradicionalmente se dava. A noção de

suplementaridade é positiva nesse sentido, porque confere uma natureza dinâmica e criativa à atividade, não mais entendida como uma reprodução do conteúdo do texto original, mas como a produção de um texto novo.

A idéia de que todo original depende da tradução e do tradutor para sua sobrevivência também é muito reconfortante e positiva para a profissão, porque valoriza o papel desempenhado pelo tradutor enquanto leitor ativo. A visão logocêntrica, criticada pelo desconstrutivismo, se hoje é descartada no meio acadêmico como uma postura teórica ingênua, ainda é bastante comum entre os usuários das traduções – leitores e clientes. O tradutor enfrenta constantemente a resistência dessa tradição logocêntrica que exige sua isenção, objetividade e fidelidade ao original, e essa visão do senso comum está longe de ser coisa do passado.

No entanto, apesar de sua argumentação ser bastante pertinente, Rodrigues não apresenta exemplos práticos do que seria a tradução como suplemento. Se levarmos às últimas conseqüências a idéia de que não existe equivalência, corremos o risco de perdermos a noção de limite. Dentro da posição defendida por Rodrigues, o que pode (não) ser considerado suplemento? O que pode (não) ser considerado erro? Ou uma tradução correta? Aparentemente, toda e qualquer tradução assim considerada pelo tradutor e aceita pela comunidade interpretativa na qual se insere será um suplemento do original.

Talvez a explicação para isso esteja na própria abordagem que a autora faz do conceito de equivalência. Uma das críticas de Rodrigues ao pensamento de Nida, Catford, Toury e Lefevere é justamente o fato de que esses estudiosos não definirem “equivalência”, apesar de adotarem o termo e considerá-lo central para a tradução. Analisando em detalhes as obras dos autores em questão, Rodrigues conclui que o emprego do conceito revela o “desejo de sistematizar e controlar um processo que concebem como o de tentar igualar a tradução e o texto de partida” (Rodrigues, 1999:27).

O fato de os autores criticados fragmentarem o conceito de equivalência em diversas noções (equivalência dinâmica e formal, de Nida, ou a equivalência textual e correspondência formal, de Catford, por exemplo) é uma prova para Rodrigues de que esses teóricos estão tentando explicar por que a tradução não reproduz o texto de partida, gerando, como conseqüência, “teorias que idealizam a prática da tradução e modelos que apresentam problemas internos” (p. 29).

Procurando resolver esse problema, Rodrigues volta-se para a etimologia do termo, citando o *Dicionário etimológico da língua portuguesa* de J.P. Machado, de 1967, e o *Dicionário latino-português* de Francisco Torrinha, de 1945, e conclui da seguinte maneira:

Rastreando entre esses significados os que interessam ao contexto do estudo da tradução, verifica-se que a palavra “equivalente” remete a igualdade, nivelção, a manutenção de um mesmo plano ou a obtenção de um mesmo valor (p. 27).

A concepção de equivalência como igualdade de valores não se sustenta em uma abordagem pós-estruturalista, como a defendida por Rodrigues, uma vez que não é possível postular a igualdade de estratégias de produção de significado e de atribuição de valor em culturas ou comunidades interpretativas diferentes, que não compartilham os mesmos domínios de valor. Para a autora, tradução e texto de partida são produtos de leituras contextualizadas, convencionais e sociais, e não estão em relação de oposição nem de equivalência.

No entanto, no que tange ao mercado da localização, notadamente baseado no conceito de equivalência em vários graus, não é possível adotar essa postura e descartar por completo a noção de equivalência.

Aceitar a existência de uma relação de equivalência entre termos de línguas e culturas diferentes não significa necessariamente aceitar que só exista uma possibilidade de equivalência.

Umberto Eco (2000) apresenta alguns argumentos interessantes em defesa do sentido literal que merecem destaque aqui, porque revelam uma postura mais moderada que pode ser aplicada também à questão da equivalência:

Mas continuo achando que, dentro dos confins de uma língua determinada, existe um sentido literal das formas lexicais, que é o que vem arrolado em primeiro lugar no dicionário, ou então aquele que todo cidadão comum elegeria em primeiro lugar quando lhe fosse perguntado o que significa determinada palavra. (...) Qualquer ato de liberdade por parte do leitor pode vir *depois* e não *antes* da aplicação dessa restrição (Eco, 2000:xvii-xviii, grifo no original).

Assim, dizer que um termo tem um sentido literal não significa necessariamente que aquele seja o único sentido possível, mas sim, um sentido que vai orientar a leitura, um ponto de referência a partir do qual outras leituras podem ser construídas, ou equivalentes, encontrados.

3.3. André Lefevere e a equivalência cultural

André Lefevere integra-se ao grupo de teóricos que procuraram estabelecer um novo paradigma para o estudo da tradução literária, em meados da década de 1970. Sob o nome de *Descriptive Translation Studies*, o novo paradigma ampliou o campo de trabalho da tradução para incorporar a cultura, em um movimento denominado “virada cultural”, que passa a lidar não só com textos ou repertórios de textos em paradigmas históricos, mas com a análise do papel das instituições que promovem, limitam ou influenciam a produção da tradução.

Não formando propriamente uma escola, esse grupo conta com estudiosos de vários países como Theo Hermans, Jose Lambert, Raymond Van den Broeck, Sussan Bassnett, Itamar Even-Zohar, Gideon Toury, que compartilham pressupostos básicos, sintetizados por Theo Hermans, na coletânea que lançou as bases desse novo modelo, como: uma visão da literatura como um sistema dinâmico e complexo; a convicção de que deve haver uma interação permanente entre modelos teóricos e estudos de caso; uma abordagem da tradução literária de caráter descritivo e voltada para o texto de destino, além de funcional e sistêmica, e um interesse nas normas e coerções que governam a produção e a recepção de traduções, na relação entre a tradução e outros tipos de reescrita e no lugar e função da literatura traduzida tanto em um determinado sistema literário quanto na interação entre literaturas (Hermans, 1985, p. 10-11).

A nova abordagem apresenta-se como uma alternativa às visões lingüísticas anteriores, consideradas prescritivas, e volta-se para o estudo de traduções literárias, postulando que o objeto de suas investigações não seriam obras que detivessem uma “verdade transcendental”, nem textos “fixos” no mundo real que pudessem ser cientificamente examinados (p. 26). Assim, baseia-se na suposição de que traduzir é uma atividade orientada por normas culturais: a própria escolha dos textos a serem traduzidos, as decisões interpretativas, estilísticas e formais tomadas durante o processo tradutório, a divulgação, a recepção e a avaliação das traduções, são muito influenciadas pelo contexto sociocultural.

Itamar Even-Zohar e Gideon Toury são dois estudiosos israelenses que se destacam nesse grupo pelo modelo polissistêmico desenvolvido para o exame da história da literatura traduzida para o hebraico. Even-Zohar (1990) introduz o

termo *polissistema* para designar uma rede de sistemas inter-relacionados – literários e extraliterários – de uma sociedade e desenvolveu a teoria dos polissistemas para tentar explicar a função de todos os tipos de escrita de uma dada cultura. Reconheceu a importância da literatura traduzida que é, para ele, um sistema que integra qualquer polissistema literário, e um sistema muito ativo. Segundo o estudioso, a literatura traduzida pode ocupar um lugar central ou periférico dependendo do polissistema literário estudado, ou seja, ela pode representar uma força inovadora, no primeiro caso, ou conservadora, no segundo. Toury adotou o conceito de polissistema e expandiu as idéias de Even-Zohar. Seu enfoque deixa de ser a análise da tradução enquanto produto, mas a explicação do processo que determina esse produto. Segundo o teórico, a análise de uma tradução deve ser feita levando em conta o pólo receptor como ponto de partida para as observações do investigador, bem como as normas que orientam a prática tradutória de determinado grupo. Seu modelo questiona, assim, a noção tradicional de equivalência, uma vez que a inter-relação entre texto de origem e texto de destino deixa de ser definida como uma relação única, estabelecida *a priori*, e passa a ser reconstruída a partir de análises comparativas, condicionadas pela cultura.¹⁵

Adotando a noção de sistemas de Even-Zohar e de normas de tradução e coerções de Toury, Lefevere introduz o conceito de *patronagem* para designar os “poderes (pessoas, instituições) que auxiliam ou impedem a escrita, a leitura e a reescrita da literatura” (Lefevere, 1985: 227). A patronagem pode ser exercida por pessoas isoladamente – personalidades importantes, como os Médicis ou Luís XV –, religiosos, partidos políticos, classes sociais, editores, imprensa e o sistema educacional. Com isso, incorpora ao modelo a dimensão de ideologia e poder e mostra a influência recíproca entre as traduções e as culturas receptoras. Para ele, a cultura atribui diferentes funções a traduções de diferentes textos, entendendo-se aqui “função” como “lugar sistêmico” ou posição ocupada em um sistema. A forma como determinada tradução funciona depende do público-alvo ao qual se

¹⁵ Para uma visão das principais idéias desses teóricos, ver Even-Zohar, Itamar (1990). “The Position of Translated Literature Within the Literary Polysystem”. *Poetics Today* 11:1, pp.45-51 e Toury, Gideon (1995). *Descriptive Translation Studies and Beyond*, Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company.

destina e do *status* do texto fonte que a tradução está representando em sua própria cultura.

André Lefevere foi co-organizador de *Translation, History and Culture* (1990), coletânea de ensaios que marcam claramente esse novo rumo para os estudos da tradução que valoriza a cultura e no qual as línguas passam a ser a “expressão das culturas”.¹⁶ Em “Proust’s Grandmother and the Thousand and One Nights: the ‘Cultural Turn’ in Translation Studies” (1990), artigo que serve de introdução à coletânea, o teórico belga e Susan Bassnett criticam o caráter normativo da lingüística e vários conceitos a ela associados, inclusive o de equivalência, e defendem a idéia de que a tradução é apenas uma das muitas formas em que as obras literárias são reescritas. Segundo os autores, em muitos sentidos, se uma obra não for reescrita de uma forma ou de outra, são poucas as chances de que ela sobreviva (Lefevere & Bassnett, 1990:10).

Essa noção de tradução como *reescrita* de determinado original – resultado de uma complexa articulação do sistema literário com outras instituições, práticas institucionalizadas e outras formações discursivas – tem como efeito inserir o texto traduzido em um contexto sociohistórico, cultural e político específico (p. 12-13). Considera-se a função relativa de determinado texto nos contextos de origem e de destino e não mais categorias ou padrões definidos *a priori* para sua análise ou avaliação. Assim, as noções tradicionais de *equivalência* e *fidelidade* foram questionadas e redefinidas:

A “fidelidade” não é concebida em tradução como “equivalência” entre palavras ou textos, mas, se admitida, como tentativa de fazer que o texto de destino funcione na cultura de destino do modo como funciona na cultura de origem. As traduções não são, portanto, “fiéis” nos níveis em que tradicionalmente se exigia que fossem – para atingir a “equivalência funcional”, um tradutor pode ter que adaptar substancialmente o texto de origem. Por outro lado, os tradutores podem ser fiéis, e diz-se que o são quando transmitem aquilo que querem os que patrocinam suas traduções. (Lefevere & Bassnett, 1990:8)

O exemplo da avó do narrador de *Sodoma e Gomorra* de Marcel Proust, fio condutor do artigo de Lefevere & Bassnett, mostra isso: por estar familiarizada com os nomes latinos dos heróis e deuses gregos, ela não aceita como “boa” ou

¹⁶ As obras em que suas idéias estão formuladas incluem: *Translation, Rewriting, Manipulation: Textures of Power and the Power of Texts*. Londres: Pinter (1990); *Translating Literature: Practice and Theory in a Comparative Literature Context*. Nova York: MLA (1992); *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame*. Londres/Nova York: Routledge (1992).

“fiel” uma tradução da *Odisséia* que apresente seus nomes gregos, tais como Odisseu, em lugar de Ulisses, ou Atena, em vez de Minerva. Já o professor de Letras Clássicas pode preferir usar os nomes gregos. Ambas as traduções são consideradas perfeitamente aceitáveis e não são “ruins” por uma qualidade que lhes seja intrínseca. A equivalência seria, portanto, consequência do fato de a tradução ser considerada como tal na cultura receptora, e não um objetivo estabelecido *a priori*.

Para Lefevere, o sucesso ou o fracasso de determinada tradução na cultura de destino não tem relação com a qualidade da tradução em si, mas com fatores culturais, já que toda tradução ocorre em um contexto e em um momento histórico, e está sujeita ao componente ideológico e às coerções culturais que limitam o discurso. Além disso, envolve mais do que o domínio de duas línguas e o uso de um dicionário bilíngüe. Como as línguas expressam culturas, os tradutores devem ser biculturais e não apenas bilíngües (p. 11).

O mesmo exemplo da avó do narrador de Proust também serve para ilustrar como a tradução é apenas uma das formas de representar textos produzidos em outras culturas. As outras formas incluem antologias, histórias literárias, ensaios críticos, adaptações teatrais ou cinematográficas, e são essas formas que criam a “imagem” de grandes obras para o leitor moderno mais do que seus “originais” (p. 9).

Em “Translation: Its Genealogy in the West” (1990), Lefevere apresenta um panorama da história da tradução no Ocidente e defende a idéia de que a tradução desempenha um papel muito importante na disseminação da literatura, uma vez que ela é responsável pela imagem de determinada obra, autor ou cultura. O teórico mostra a tensão histórica do papel desempenhado pela tradução: ora ela é sancionada pela autoridade, ora é subversiva; ora ela usurpa, ora confere a autoridade da língua ou da obra de origem a determinada língua periférica ou determinado autor. Além disso, a tradução também atua de forma significativa para permitir a aceitação de determinada obra em um contexto literário que, de outra forma, não a aceitaria e, juntamente com a historiografia, as antologias e a crítica, prepara as obras para inclusão nos cânones da literatura mundial. Sua conclusão nesse artigo extrapola o mundo da literatura e mostra que a tradução, exatamente pelo poder de criar imagens, pode ter um papel significativo para explicar o mundo (a cultura) em que vivemos (Lefevere, 1990:27).

Se, por um lado, a proposta de Lefevere é interessante porque enfatiza a cultura e os aspectos sociohistóricos, por outro, seu enfoque exclui os textos não-literários e considera “equivalentes” textos que sejam considerados como tal pela comunidade receptora da tradução, com pouca ou nenhuma ênfase no original, incluindo no *corpus* de análise textos que apresentam omissões, acréscimos, resumos, adaptações – que, para o teórico, são frutos da estratégia de produção da tradução utilizada pelo tradutor em função de todas as coerções que afetam a escrita e a reescrita (Bassnett & Lefevere, 1990:12). Embora seja possível aplicar o modelo a textos não-literários, não creio que seja o mais adequado, por não ter sido especificamente desenvolvido para tal e, portanto, exigir muitos ajustes.

A posição de Lefevere com relação aos textos não-literários, aliás, não parece clara. Ao mesmo tempo em que diz que os textos acadêmicos ou não-literários em geral podem ser traduzidos ignorando-se os aspectos culturais, ideológicos e poetológicos conferidos pelos significantes, uma vez que a natureza dos significantes nesses tipos de texto não é tão importante (Lefevere, 1990:18), o teórico afirma que textos científicos e não-literários devem ser traduzidos da forma mais literal possível, porque envolvem questões econômicas e/ou financeiras, além do *status* do original (Bassnett & Lefevere, 1990:7). Em outras palavras, parece haver uma contradição: no primeiro caso, a linguagem científica, ou informativa, seria referencial e objetiva e não estaria sujeita às influências de fatores culturais, históricos, políticos ou ideológicos, mas, no segundo caso, o texto informativo sofreria as coerções impostas pela cultura de chegada ao texto a ser traduzido – o exemplo é especificamente da tradução de um manual de computador, que não poderá colocar em risco a operação do equipamento.

Além disso, como essa abordagem pretende descrever e analisar as estratégias que orientaram determinada tradução (ou grupo de traduções) e a sua recepção na cultura de destino em determinado período histórico, não está voltada propriamente para os aspectos da verificação da qualidade do texto analisado, tendo em vista que qualquer forma de avaliação para Lefevere está associada à prescrição de regras definidas *a priori* e à noção tradicional de que a tradução deve seguir um parâmetro de correção, procedimentos com os quais não concorda. Por isso, o teórico evita o julgamento nesses termos e afirma que os leitores julgam uma tradução em relação à confiança depositada em um tradutor (p. 2). No entanto, considerando o principal foco deste trabalho – a qualidade das traduções

armazenadas em sistemas de memórias de tradução, desenvolvidas especificamente para trabalhos com textos técnicos –, uma abordagem que não priorize a questão da avaliação não é instrumental.

Anthony Pym, em seu artigo sobre as relações entre a teoria da tradução e a localização citado anteriormente, considera os estudos descritivos da tradução importantes por terem ressaltado que as normas que regem as traduções são diferentes em culturas diferentes e em épocas diferentes. Cada cultura parece ter suas próprias normas sobre o que é ou não aceitável em termos de tradução, e conhecer essas normas é tão útil quanto estar ciente de quaisquer outros paradigmas locais de comunicação (Pym, 2003:3).

Quanto mais prestígio a cultura de destino considerar que tem, menos ela vai tolerar a presença de elementos estrangeiros nas traduções. E isso aumenta quanto mais influente for a cultura de destino, sendo o papel desempenhado pela tradução proporcionalmente menor nesta cultura. Por outro lado, talvez paradoxalmente, quanto mais determinada cultura traduz, mais tolera o uso de expressões estrangeiras nas traduções. Como bem ressalta Pym, algumas culturas aceitam bem o uso de termos e nomes próprios estrangeiros, enquanto outras optam por usar termos em suas próprias línguas. Algumas culturas preferem adotar o discurso técnico da cultura estrangeira enquanto outras se ressentem dessa imposição (p. 3).

A tradução de informática no Brasil é um exemplo claro desse tipo de situação – os termos técnicos não só podem como devem ser mantidos em inglês, em muitos casos devido a imposições das empresas multinacionais que financiam a tradução. Nesse sentido, creio que os estudos descritivos poderiam ser uma excelente moldura para estudar as questões de poder e ideologia que permeiam a produção de determinada tradução de software, por exemplo, considerando que a tradução nesses casos está sob influência das forças de mercado que regem a aceitação de determinado produto. Dentre outros tantos fatores que poderiam ser incluídos sob o termo “patronagem” nesse contexto, poderiam ser investigadas as coerções exercidas pelos fabricantes e desenvolvedores de software, no sentido de apressar o processo de tradução para satisfazer a exigências de comercialização do produto, ou de impor determinada terminologia considerada padrão por ser utilizada pelas empresas que dominam o mercado para manter sua “hegemonia”, inclusive em termos lingüísticos.

Entretanto, para um estudo voltado para a questão da qualidade como este aqui desenvolvido, acredito que seja interessante buscar um modelo que incorpore explicitamente essa preocupação, como parece ser o modelo funcionalista detalhado a seguir.

3.4. Christiane Nord e a equivalência funcional

Christiane Nord, professora de Linguística Aplicada e Tradução na Universidade de Ciências Aplicadas de Magdeburg, na Alemanha, é autora de várias publicações importantes sobre os aspectos teóricos e metodológicos do ensino de tradução e apresenta, em um livro dedicado às abordagens funcionalistas à tradução, *Translating as Purposeful Activity*, de 1997, uma visão geral das abordagens desenvolvidas na Alemanha que foram revolucionadas pela teoria da ação (*Handlungstheorie*) e pela teoria a ela relacionada do objetivo ou propósito de uma tradução (*Skopostheorie*). Além de explicar em linhas gerais essas teorias, o livro inclui exemplos de aplicações, expondo o conceito de *lealdade* do tradutor (*translator's loyalty*), desenvolvido por Nord como uma versão pessoal e moderada da abordagem funcionalista. *Funcionalismo* aqui significa que o ponto central é a função ou as funções dos textos e traduções. Trata-se de um termo abrangente para várias teorias que abordam a tradução a partir desse enfoque. A autora apresenta a *Skopostheorie* como a que mais influenciou o desenvolvimento dessa abordagem, mas afirma que não é a única que pode ser chamada de funcionalista. Essas teorias entendem que a tradução é uma *atividade* e que a teoria da tradução pode ser incorporada em uma teoria de ação ou atividade.

Em um breve histórico sobre as teorias que antecederam o surgimento do funcionalismo, Nord mostra como, na década de 1970, a equivalência ainda era o princípio que orientava o processo de tradução, ou seja, era geralmente o texto de origem ou algumas de suas características que tinha peso central. Cita a “equivalência dinâmica” de Nida como sendo a precursora da visão de equivalência funcional, uma vez que enfatiza o objetivo da tradução, as funções do tradutor e dos receptores e as implicações culturais no processo de tradução.

No entanto, como lembra a autora, foi a abordagem lingüística de Nida – e não a equivalência dinâmica (muito possivelmente em função dos pressupostos religiosos do teórico, como vimos acima) – que teve enorme influência na Europa nas décadas de 1960 e 1970. Edwin Gentzler (1993), no capítulo em que trata da “ciência da tradução”, em seu livro *Contemporary Translation Theories* (1993), apresenta um panorama da abordagem lingüística de Nida e afirma que o influente trabalho do autor tornou-se a base que sustenta o surgimento de um novo campo de pesquisa no século XX, o da ciência da tradução. A idéia de que a língua – e a tradução como operação puramente lingüística – poderia ser objeto de uma investigação estritamente científica é fruto da força assumida pela lingüística estrutural nas décadas anteriores, juntamente com a idéia de língua como um código e da tradução como uma operação de troca de códigos.

Assim como os modelos propostos por Rodrigues e Lefevere apresentados acima criticam a abordagem puramente lingüística à tradução, o funcionalismo também questiona a idéia de equivalência nos moldes tradicionais. Katharina Reiss e Hans Vermeer são os principais responsáveis pelo desenvolvimento da *Skopostheorie* e lançam juntos um livro em 1984, *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie* (Fundamentos para uma teoria geral da tradução), em que apresentam os conceitos básicos dessa teoria, incluindo um novo conceito de equivalência subordinado ao de adequação (*Adäquatheit*). A primeira parte do livro, de autoria de Vermeer, é a apresentação dos princípios básicos da *Skopostheorie* como uma teoria geral de tradução e interpretação baseada na teoria da ação, e a segunda parte, escrita por Katharina Reiss, é uma teoria “específica” que integra a tipologia de textos criada por ela ao arcabouço teórico do funcionalismo.

Na visão de Vermeer, a tradução deve ser regida basicamente pelo aspecto funcional que predomina no texto, ou, na nova terminologia, pelo *Skopos* do original (em grego, função, objetivo). Diferentemente de Lefevere, para quem a função está relacionada ao papel que determinada tradução ocupa em um sistema literário, Vermeer ressalta o caráter comunicativo e pragmático, a função e a situação em que determinado texto será lido. Aspectos práticos como a função do texto, o público-alvo pretendido para este, o momento e o local pretendidos para sua recepção, o meio no qual o texto será veiculado, o motivo para produção ou recepção do texto são levados em conta, assim como o elemento que dá início ao

processo – o cliente ou o solicitante da tradução – e suas respectivas intenções ao produzir e solicitar a tradução de um texto.

Para explicar a noção de *Skopos*, Nord cita Vermeer:

Todo texto é gerado em função de um objetivo e deve atender a esse objetivo. A regra do *Skopos* portanto é a seguinte: traduza/interprete/fale/escreva de forma a permitir que seu texto/tradução funcione na situação em que é usado e com as pessoas que desejam usá-lo, precisamente da maneira em que elas desejam que funcione. (Vermeer *apud* Nord, 1997:29)

A maioria das ações de tradução envolvem vários objetivos, que podem ter entre si uma hierarquia. O tradutor deve ser capaz de justificar sua escolha de um determinado *Skopos* em determinada situação tradutória. Esse preceito tem como objetivo resolver o eterno dilema existente entre tradução livre *vs.* fiel, equivalência dinâmica *vs.* formal, por exemplo, pois afirma que o *Skopos* de determinada tarefa de tradução pode exigir uma tradução “livre” *ou* “fiel” em relação ao original, ou ainda, uma solução intermediária, dependendo do propósito para o qual a tradução se faz necessária. Além disso, o *Skopos* é descrito como uma “variável do receptor” ou do destinatário do texto traduzido. Isso implica que o sentido ou a função de um texto não são inerentes aos signos lingüísticos e não podem ser simplesmente extraídos por quem conhece o código. É o receptor quem dá sentido ao texto. Diferentes receptores ou o mesmo receptor em diferentes momentos encontrarão diferentes sentidos no mesmo texto. Pode-se dizer que haverá tantos textos quanto o número de receptores diferentes.

Vermeer resume esse conceito dinâmico de sentido e função dizendo que todo texto é apenas uma “oferta de informação” a partir do qual o receptor seleciona os itens que considerar interessantes e importantes. Aplicando esse conceito à tradução, o texto de destino é uma “oferta de informação”, formulada pelo tradutor para a cultura e a língua de destino a partir de uma oferta de terceiros em uma cultura ou língua de origem. Assim, Vermeer concebe a tradução com um “produto cultural” em que o tradutor é o “especialista transcultural”, cuja principal tarefa é permitir que a comunicação atinja seu *Skopos* com sucesso, levando em conta os “parceiros” da comunicação conforme o objetivo comunicativo da tradução (Vermeer, 1992:13-14).

Essa visão é interessante, por ressaltar que cabe ao tradutor decidir que procedimentos ou estratégias ele vai empregar para atingir o *Skopos*, que é

definido pelas necessidades do solicitante da tradução em relação ao tipo de comunicação pretendida com o texto traduzido. Essas informações sobre o propósito comunicativo que a tradução deve atingir são idealmente passadas pelo solicitante, na forma do que Nord chama de *translation brief*, ou apresentação dos objetivos da tradução, e deve incluir a(s) função(ões) pretendida(s) pelo texto de destino, seu(s) destinatário(s), o veículo no qual será transmitido, local e período em que será publicado e, se necessário, o motivo da produção ou recepção do texto.

Evidentemente, poucos são os “clientes” que têm noção da importância desse tipo de informação para que a tradução atinja seus objetivos. No entanto, quanto mais experiência o tradutor tiver, mais condições ele terá de inferir ou descobrir quais são esses elementos.

Nord explica que, dentro da *Skopostheorie*, equivalência significa uma relação de igual valor ou função comunicativa entre o texto de origem e um texto de destino ou partes dele, como palavras, expressões, frases, estruturas sintáticas etc., e que a equivalência pode ser um dos objetivos possíveis a ser alcançado pela tradução. Envolve a adequação a um *Skopos* que requer que os textos de origem e de destino tenham a mesma função comunicativa. A adequação é um conceito dinâmico e é usada para descrever até que ponto determinado texto traduzido é apropriado ao objetivo comunicativo definido pelo *brief*. O *Skopos* da tradução determina a forma de equivalência necessária para uma tradução adequada (Nord, 1997:35-36).

Para Nord, a *Skopostheorie* tem características muito positivas, na medida em que é:

- *pragmática*, por levar em conta as condições situacionais da interação comunicativa e as necessidades e expectativas dos destinatários ou possíveis receptores do texto de destino, considerando o receptor da tradução o aspecto mais importante nas decisões de tradução;

- *centrada na cultura*, dando ênfase a formas culturais específicas de comportamento verbal e não verbal envolvidas na tradução;

- *consistente*, sendo capaz de estabelecer um arcabouço teórico e metodológico que pode servir como diretriz para justificar as decisões do tradutor em qualquer tipo de tarefa tradutória, permitindo qualquer procedimento de tradução que gere um texto de destino que funcione;

- *prática*, representando todas as formas de comunicação transcultural necessárias na prática profissional da tradução;
- *normativa*, conferindo ao tradutor uma orientação em relação às melhores maneiras de alcançar determinado objetivo de tradução;
- *abrangente*, considerando a função de destino o principal padrão para qualquer processo de tradução; e
- *especializada*, atribuindo ao tradutor o prestígio de ser o especialista da área, com competência para tomar decisões adequadas ao objetivo assumindo ampla responsabilidade em relação a seus parceiros.

Apesar de todos esses pontos positivos, a própria Nord aponta possíveis problemas de uma visão radical dessa teoria. Um deles envolve a excessiva ênfase no propósito da tradução, que poderia justificar todos os procedimentos tradutórios adotados, sem levar em conta o texto original, mais ou menos como “os fins justificam os meios”. A autora introduz o conceito de *lealdade (loyalty)* ao modelo funcionalista, não com referência à relação entre os textos de origem e destino, mas como uma categoria interpessoal que se refere à relação social entre pessoas. Para Nord, a tarefa do tradutor é fazer a mediação entre duas culturas, e essa mediação não pode ocorrer impondo o conceito específico de uma cultura aos membros de outra comunidade cultural, ou seja, é preciso respeitar o texto original e sua intenção comunicativa.

Nord afirma que sua versão pessoal da abordagem funcionalista se sustenta nesses dois pilares: função e lealdade. Segundo ela, é precisamente a combinação desses dois princípios que importa: a função refere-se aos fatores que fazem um texto funcionar da forma pretendida na situação de destino; a lealdade refere-se à relação interpessoal entre o tradutor, o autor/emissor do texto de origem, o(s) receptor(es)/destinatário(s) do texto de destino e o iniciador/solicitante da tradução. A lealdade limita a gama de funções do texto de destino justificáveis para um texto de origem em particular e leva à necessidade de negociação da tarefa de tradução entre tradutores e seus clientes (Nord, 1997:126).

Por não ser radical, a visão de Nord parece bastante razoável, porque responde às críticas que argumentam que a abordagem funcionalista deixa os tradutores livres para fazer o que bem entenderem com o texto de original. Além disso, o modelo proposto oferece a possibilidade de usar diferentes tipos de

tradução para diferentes situações, incluindo qualquer forma de tradução equivalente, dependendo da especificação de equivalência desejada.

Isso se reflete na visão de “erro” da abordagem funcionalista. Para o funcionalismo, a noção de erro de tradução deve ser definida em termos do objetivo do processo ou produto da tradução. Assim, determinada expressão não está “errada” por uma inadequação que lhe é intrínseca, mas se torna inadequada com relação à função comunicativa que deveria alcançar. Mesmo um desvio de uma regra gramatical, por exemplo, pode ser uma solução adequada em uma tradução que pretenda reproduzir o jeito incorreto de falar de alguém, enquanto a reprodução fiel de um erro factual contido no original pode ser uma tradução inadequada, caso haja expectativa de que o texto de destino esteja factualmente correto.

Nesse sentido, qualquer procedimento de avaliação necessariamente teria que levar em conta todos esses fatores. A função de uma tradução pode ser analisada de duas perspectivas, enfocando: (a) a relação entre o texto de destino e seu público-alvo e (b) a relação entre o texto de destino e o texto de origem correspondente. Por um lado, a tradução é um texto que deve funcionar para os receptores da língua e cultura de destino e, como tal, pode ter qualquer função comunicativa. Por outro, a tradução é uma representação ou substituto na cultura de destino de determinado texto da cultura de origem e, como tal, pode ter funções bem diferentes em relação ao original. Alguns estudiosos da tradução de orientação funcionalista, como Katharina Reiss, Juliane House e a própria Christiane Nord tentaram sistematizar essas relações em tipologias de textos que são utilizadas em seus modelos para avaliar traduções. Seus modelos pecam pelo excesso de categorizações, na tentativa de abarcar todas as possíveis combinações nessa relação entre texto de origem e tradução, incluindo classificações e subclassificações, por vezes muito complexas.

No entanto, o ponto importante a ressaltar é a visão de equivalência nesses modelos, que me parece ser adequada para a prática tradutória: a equivalência é relativa e não absoluta, pois emerge do contexto e da situação e é definida pela ação de vários fatores diferentes, não sendo estipulada *a priori* por uma fórmula ou algoritmo de conversão de unidades lingüísticas entre uma língua e outra. É esse tipo de equivalência funcional e pragmática que é considerada pelos

funcionalistas mais apropriada para descrever as relações entre original e tradução.

Anthony Pym, ao relacionar as teorias de tradução com a localização no artigo supracitado, lembra que há quase 20 anos a *Skopostheorie* e a *Handlungstheorie* vêm insistindo que a tradução não é dominada pelo texto fonte, mas por relações com o cliente e pelo objetivo geral ou função que a tradução deve alcançar na cultura de destino, e que isso representa um avanço muito em sintonia com o desenvolvimento da profissão (Pym, 2003:2). De fato, a teoria deve poder abarcar o que de fato acontece na prática. O que vemos muitas vezes é que o que o cliente exige e espera do tradutor é uma tradução “literal” seguindo à risca o original, para atender a determinado objetivo e necessidade do público-alvo em questão e que, outras vezes, quando alguns dos fatores envolvidos no processo mudam – objetivos, contexto, público-alvo – o mesmo texto pode e deve ser traduzido de forma diferente, sem contudo, ser considerado “errado” ou “não-equivalente”.

3.4.1. Alguns exemplos

Dentro dessa perspectiva, seria interessante analisar alguns exemplos de traduções de pequenos trechos de textos não-literários tentando colocar em prática essa proposta.

A idéia é mostrar que existem várias traduções possíveis dependendo do tipo de público que validará o texto traduzido. Mudando o cliente, o veículo, o público-alvo e a finalidade pretendidos, muda o texto traduzido. O sentido não está, portanto, no texto, mas é atribuído pelo tradutor conforme a situação na qual se encontra e atendendo a um propósito específico, mas sempre guiado pelo original.

- *Exemplo 1:*

PalmModem Accessory

Stay up-to-date even when you can't return to the office. Just snap your Palm Computing® organizer into this convenient, portable modem. Then press the HotSync® button to connect to your *desktop* via your phone line. Now you're

able to send and receive data from your Palm Computing organizer to *desktop* applications – making it easy to check *e-mail*, update files, or *back up* your organizer.

Os termos realçados apresentam mais de uma possibilidade de tradução, mesmo dentro do contexto técnico de uso do equipamento Palmtop. As possíveis soluções seriam:

desktop	área de trabalho, PC, desktop
E-mail	e-mail, correio eletrônico, mensagem
back up (verbo)	copiar; criar cópia de segurança; criar cópia reserva; fazer backup de

Todas as traduções acima seriam consideradas equivalentes, mas a opção selecionada vai variar em função dos fatores discutidos acima. Se considerarmos, por exemplo, os seguintes critérios, teremos formas de orientar nossas opções:

<i>Cliente da tradução:</i>	O representante no Brasil do equipamento, fabricado nos Estados Unidos.
<i>Veículo da tradução:</i>	Manual do usuário que acompanha o equipamento para comercialização no Brasil.
<i>Público-alvo previsto:</i>	Compradores e/ou usuários brasileiros do equipamento importado.
<i>Finalidade da tradução:</i>	Apresentar o equipamento e ensinar os usuários a operá-lo.
<i>Outras recomendações do solicitante da tradução:</i>	- Usar, na medida do possível, palavras em português, já que o fabricante quer se fazer de simpático na comunidade brasileira e respeitar o idioma do país. - Seguir o manual de estilo XYZ Computers. - Seguir os glossários já feitos e avaliados, sempre dando preferência ao termo em português.

Sabemos que essa tradução certamente atenderia a um propósito específico de comunicação – o tradutor seria o elo que permitiria fazer chegar a mensagem do fabricante do produto ao público brasileiro. O objetivo seria claramente o de informar e fidelizar o usuário/comprador brasileiros.

O mesmo texto poderia ser traduzido com estilo mais técnico, se seu objetivo fosse atender a um público especializado, voltado para comparações entre diferentes produtos, interessados nos recursos fornecidos sob uma perspectiva mais tecnológica. Nesse caso, em vez de usar termos em português, o uso dos termos em inglês seria totalmente aceitável, já que no meio técnico esse uso é muito comum e até esperado.

É claro que nem sempre o tradutor tem acesso a todos esses fatores, mas é sempre bom tê-los em mente no momento da tradução, principalmente porque o cliente muitas vezes desconhece como essas informações são importantes para orientar o trabalho do tradutor. Nesse sentido, cabe ao tradutor, como especialista, “educar” o cliente, fazendo as perguntas pertinentes que permitam chegar à solução mais adequada àquele contexto específico.

- *Exemplo 2:*

Este exemplo, na verdade, se decompõe em quatro pequenas frases tiradas de textos de diferentes áreas, selecionadas com o propósito específico de mostrar que um mesmo termo pode ser traduzido de diferentes maneiras dependendo do contexto e do público-alvo e que, portanto, não tem um único equivalente, mas vários, dependendo da situação e da função do texto.

No exemplo em questão, dependendo da área, o termo *management* pode ser traduzido como “administração” (de negócios, bancária, escolar); “gerenciamento” (de dados, arquivos, redes); “diretoria/gerência” (hierarquia empresarial); “manejo” (de recursos naturais, animais), entre outros. Se soubermos o contexto de onde as frases foram tiradas e se tivermos algum conhecimento sobre as circunstâncias em que uma ou outra opção de tradução são usadas, saberemos qual a melhor opção para cada frase. Do contrário, teremos de optar por uma das opções e “supor” um contexto que justifique essa escolha.

a) Regarding the management, the program is monitored on a monthly basis by an Partnership Council.

- b) It's a new management technique.
- c) Features for Management, Security and Best Performance
- d) Flawless execution and continuous improvement of safety management systems across the full scope of our operations.

No caso do exemplo (a), tratava-se de um texto sobre educação e o “Partnership Council” era constituído por pais, professores, diretores da escola. Poderíamos, contudo, pensar em outras situações perfeitamente possíveis em que essa frase estivesse se referindo a qualquer outro contexto, como de informática, no qual mesmo termo seria traduzido de outro modo. Em vez de “administração”, seria “gerenciamento”. Dentro de cada contexto, cada solução se justifica e é “óbvia” para quem se encontra nessa situação.

O mesmo ocorre com o exemplo (b). A frase foi tirada de um texto sobre administração de negócios, mas mudando o contexto, mudam as traduções. “É uma nova técnica de manejo” / “É uma nova técnica de gerenciamento” / “É uma nova técnica de (ou da) gerência”.

O exemplo (c) foi tirado de um texto de informática, sobre os recursos da família Windows .NET Server, justificando o uso de “gerenciamento”, e os mesmos argumentos anteriores podem ser aplicados.

O mesmo vale para o exemplo (d), que foi tirado de uma apresentação sobre os Fatores Críticos de Sucesso de um programa para o gerenciamento de um produto de segurança operacional de uma grande empresa multinacional de petróleo.

O cliente ou o solicitante da tradução, por estar inteiramente voltado para sua área de trabalho, não consegue enxergar essas diferentes possibilidades de tradução, por isso não raro não compreende como o tradutor desconhece o uso do termo que para ele, cliente, é óbvio. O inverso também é verdadeiro: se o tradutor está muito acostumado a traduzir textos de informática, por exemplo, em que determinado termo tem sempre uma mesma tradução, e se esquece de que o contexto ou a situação de uso orientam o sentido, surgem traduções que podem até estar corretas (se consultarem o dicionário), mas não aceitáveis para aquele cliente.

Voltando à questão das memórias de tradução, nos casos acima, por exemplo, para cada frase do original, haveria uma frase traduzida armazenada no

banco de dados, à qual o programa atribuiria uma taxa de equivalência. Se *management* no exemplo (a) for traduzido como “administração” uma vez, essa tradução será armazenada na memória assim. Da próxima vez que uma frase semelhante aparecer no texto original, o sistema proporá a tradução “administração” para *management*. Evidentemente que o sistema pode armazenar tantas traduções quanto o tradutor desejar para um mesmo termo ao mesmo tempo, mas existem clientes que não aceitam a alteração de frases idênticas anteriormente traduzidas. Aí surgem os problemas.

Não raro, o cliente determina que, como o texto já foi traduzido antes, deve ser aproveitado inteiramente na nova tradução e, portanto, não deve ser alterado. Com isso, a tradução usada será a que estiver na memória e não necessariamente aquela adequada ao contexto.

Para resolver esse problema, não basta apenas corrigir a frase incorreta na memória, mas tentar mudar todo o princípio que rege a não alteração de frases traduzidas anteriormente. Isso implica provar ao cliente que, apesar de *estruturalmente* equivalente (considerando o nível lexical e sintático), uma tradução não necessariamente será *funcionalmente* equivalente, uma vez que a equivalência deve ser mais ampla que o nível da frase e envolver o (con)texto como um todo. Como vimos, *management* pode ser “administração” em um texto de negócios e “gerenciamento” em um texto de informática. Se por acaso, em um texto da área ambiental, aparecer uma frase idêntica à dos exemplos anteriores, a tradução pode até ser 100% idêntica, mas não será correta, e esse erro, se não for corrigido, será reproduzido em todas as outras ocorrências da mesma frase naquele texto ou em outros textos da mesma área em que a frase apareça.

Pode parecer óbvio, mas como já assinalado, em determinados mercados, os pressupostos tradicionais são os únicos vigentes, ou seja, de que haveria uma única tradução correta, de que o tradutor deve “captar” o sentido que está no texto de partida, de que diferentes interpretações representam necessariamente erros.

Mais uma vez, é preciso ter essa consciência até para poder negociar com o cliente e levar a cabo a colaboração entre tradutor e cliente que é tão essencial para o sucesso. Só assim o tradutor conseguirá cumprir sua tarefa nesse processo.

Assim, depois de revisar as perspectivas de teóricos de diferentes escolas de pensamento e ver como cada um concebe as noções de “tradução”, “equivalência” e “erro”, é possível afirmar que a visão funcionalista é a que melhor dá conta da

localização, por incorporar o solicitante da tradução e suas orientações no modelo; por relativizar – e não abandonar completamente – o conceito de equivalência, e por estar mais em sintonia com as questões práticas do que os outros modelos analisados.

A abordagem funcionalista foi, portanto, escolhida para embasar a avaliação que será feita das memórias nos próximos capítulos, tomando por base o conceito de equivalência por ela proposto, qual seja, de que vai haver tantos equivalentes quantos forem os públicos pretendidos, culturalmente definidos, levando em conta a função e os objetivos estabelecidos para a criação das memórias, assim como a terminologia própria dos clientes/solicitantes da tradução. O próximo capítulo será dedicado às questões da qualidade na indústria da localização e discutirá os modelos de controle de qualidade existentes à luz das abordagens funcionalistas de tradução e de avaliação de traduções.